

• Nacional

ORÇAMENTO

Ministério da Marinha ganha US\$ 1,26 bilhões a mais para 1990

por Eliane Sobral
de Brasília

O orçamento do Ministério da Aeronáutica (Maer) para o próximo ano teve um acréscimo nominal de 102,80% com relação ao de 1989. A preços de maio último o Maer teve alocados para 1989 NCz\$ 1,477 bilhão e para o ano que vem NCz\$ 2,996 bilhões. A diferença corresponde, pela taxa média do câmbio de maio último, a um acréscimo real de US\$ 1,26 bilhão. Mesmo assim, o secretário de economia e finanças daquele ministério, brigadeiro Murillo Santos, afirma que não haverá recursos para qualquer obra de ampliação e melhoria dos aeroportos nacionais. Assim como também os programas já em andamento sofrerão considerável atraso.

O brigadeiro chegou a afirmar a este jornal que o programa AMX — caça subsônico desenvolvido por Brasil e Itália — estaria a partir do próximo ano condenado. Só para o AMX, o Ministério da Aeronáutica solicitou um montante de US\$ 489 milhões — a preços de maio passado — mas já teve a sinalização do Congresso Nacional de que provavelmente só irá receber algo em torno de US\$ 200 milhões. “Não é o suficiente mas também não é fator que leve à paralisação do projeto”, comenta um alto funcionário do Maer, preocupado com a repercussão da declaração do brigadeiro, “principalmente na Itália”, esclarece a fonte.

Para a Comissão de Implantação dos Sistemas de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), a estimativa do ministério e de recursos da ordem de NCz\$ 171,3 milhões — o equivalente a US\$ 142,8 milhões — a preços de maio. Com este montante o secretário de finanças do Maer acredita que a implantação do controle de voo na região Nordeste do País sofrera um novo atraso. “A conclusão seria no final do próximo ano, mas, provavelmente, ficará para 1991”.

Apesar das queixas do brigadeiro, ao Ministério da Aeronáutica foram destinados recursos que cobrem 54% de suas necessidades. Segundo o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente — responsável pela divisão do bolo orçamentário —, a média de atendimento de pedidos de suplementação de todos os ministérios foi de 13,7%. “Se estão se queixando eu pouco posso fazer. O crite-



Pedro Pullen Parente

rio adotado foi o de priorizar projetos já contratados”, justifica Parente. Ele atenta para a informação, segundo diz, incorreta, de que os ministérios militares levaram a maior fatia dos recursos disponíveis para o próximo ano. “Se comparado ao orçamento do Ministério da Educação — NCz\$ 6,5 bilhões, o Ministério da Aeronáutica não levou tanto como dizem”, exemplifica.

Além disso, o titular da SOF argumenta que todo o orçamento geral da União foi baseado nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovadas em junho último, pelo Congresso Nacional. A regra este ano foi a LDO que impôs um limite de orçamento e o que não estava incluído ali foi cortado, comenta Parente, ressaltando que “neste ano, estamos com menos recursos disponíveis e é normal que todos resolvam se queixar”. Não houve, afirma o secretário, qualquer favorecimento aos militares. “O tratamento para todos os ministérios foi o mesmo: não se começa projeto novo; não se dá aumento real em manutenção e considera-se apenas os investimentos inclusos na LDO”, destaca.

A expectativa da Aeronáutica de aumentar os recursos disponíveis para o próximo ano, ou pelo menos mantê-lo nos atuais níveis, está sendo trabalhada pelos assessores parlamentares da Pasta. Um destes assessores afirma que não há intenção dos parlamentares em efetuar cortes no que foi alocado para o Maer. “Temos o compromisso do presidente da Comissão de Defesa Nacional, deputado Furtado Leite, de que não vai se alterar um centavo do que a nós foi destinado”, comenta o oficial. O deputado Furtado Leite não foi encontrado por este jornal no final da tarde de ontem para comentar sua posição.